



... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de riscos financeiros

4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros tais como: risco de mercado (riscos de taxa de câmbio) e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que define os níveis de exposição a serem utilizados. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas com o objetivo de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisitos, periodicamente, os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Diretoria Executiva. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos, quando necessário, para suportar a estratégia corporativa ou para manter o nível de flexibilidade financeira. A tesouraria da Companhia auxilia a Diretoria Executiva a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. a) Risco de taxa de câmbio: A Companhia opera no mercado internacional com a compra de trigo argentino e paraguai sem operação na bolsa de valores. As operações são negociadas entre as partes envolvidas atreladas substancialmente a moeda estrangeira (dólar norte-americano). O resultado da Companhia é impactado pela variação cambial relativa às contas a pagar de fornecedores estrangeiros, conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
Receita com variação cambial	6.978	115
Despesa com variação cambial	(4.013)	(3.089)
Exposição líquida	2.965	(3.024)
Os ganhos e perdas envolvendo essas operações são reconhecidos no resultado do exercício na Rubrica "Resultado financeiro". A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para mitigar o risco de variação cambial de suas obrigações em moeda estrangeira contraiadas com a importação de matérias-primas, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia apresentou exposição líquida o montante de receita com variação cambial de R\$ 2.965 (despesa com variação de R\$ (3.089) em 2023), e julgou não necessária fazer qualquer exercício de estresse de taxa de câmbio para ser divulgado considerando a irrelevância do valor apresentado. b) Risco de crédito: As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). As políticas de crédito fixadas pela Administração da Companhia visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Os recebíveis que apresentem risco de recebimento por fatores decorridos após a venda são devidamente provisionados pela Companhia. Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados em contas patrimoniais por valores com base os praticados pelo mercado na data do balanço. A administração desses instrumentos é efetuada com base nas estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em contrapartida àquelas vigentes no mercado. A Companhia restringe sua exposição aos riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha. 4.2. Instrumentos financeiros por categoria: a) Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:		

	2024	2023
Ativo – valor justo	71.423	40.282
Ativos e equivalentes de caixa (i)	214.229	275.717
Aplicações financeiras (i)	–	–
Ativo – custo amortizado	75.932	77.415
Contas a receber de clientes	3.576	1.819
Outros contas a receber	365.160	395.233
Total	39.219	12.337
Passivo	7.720	3.846
Fornecedores	6.492	1.586
Passivo de arrendamento	53.431	17.768
Gastos contas a pagar	–	–
Total	–	–

(i) As disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia são transacionadas com as seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Safra S.A. e Banco Daycoval S/A. **5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** **5.1. Caixa e equivalentes de caixa**

	2024	2023
Caixa	71.420	40.280
Bancos conta movimento	71.423	40.282

5.2. Aplicações financeiras

	2024	2023
Aplicações financeiras (i)	214.229	275.717
	214.229	275.717

(i) Para o reconhecimento destes ativos financeiros, além das considerações apresentadas NBC TG 3 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, foi considerada a intenção de utilização desses recursos pela Administração da Companhia na gestão desses títulos e seu efetivo gerenciamento de caixa, desta forma, alguns investimentos mesmo apresentando características de curto prazo, de alta liquidez, sendo prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, tiveram seu reconhecimento de forma consistente com a avaliação de utilização, ou seja, não pretendem resgatar esses investimentos no prazo inferior a 90 dias, assim, apresentando esses investimentos como aplicações financeiras. Os ativos de curto prazo são classificados como aplicações financeiras para investimentos, são transacionadas com as seguintes instituições financeiras: a) Banco Bradesco S.A. Os recursos aplicados são remunerados à taxa média de 99,0% a 100,25% do Certificado de Depósito Bancário e Interbancário (CDB/DI); b) Itaú Unibanco S.A. Os recursos aplicados são remunerados à taxa média de 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI); c) Banco do Brasil S.A. Os recursos aplicados são remunerados à taxa média de 96,0% do Certificado e Recibo de Depósito Bancário (CDB/RDB); d) Banco Safra S.A. Os recursos aplicados são remunerados à taxa média de 101,0% do Certificado de Depósito Bancário (CDB); e) Banco Daycoval S/A. Os recursos aplicados são remunerados à taxa média de 101,0% a 102,0% do Certificado de Depósito Bancário e Interbancário (CDB/DI). **6. Contas a receber de clientes**

	2024	2023
Clientes nacionais	77.281	78.448
Perdas esperadas para créditos liquidação duvidosa	(662)	(415)
Redução clientes desconto contratuais	75.932	77.415

Em 31 de dezembro de 2024 para os saldos a receber de clientes externos, a Companhia adotou com base em históricos anteriores, critérios para provisionamento de seus clientes inadimplentes no valor de R\$ 662 (2023 – R\$415). Estes títulos referem-se a uma série de clientes de pequeno porte para os quais, quando aplicável, já foram iniciadas as cobranças judiciais. A análise de vencimento dessas contas a receber está apresentada a seguir:

Contas a receber de clientes por idade.	2024	2023
A vencer	63.301	63.023
De 01 a 30 dias	4.939	8.347
De 31 a 60 dias	319	1.167
De 61 a 90 dias	68.559	72.537
Total a vencer	77.920	74.415

Vencidos	2024	2023
De 01 a 30 dias	185	6.604
De 31 a 60 dias	7.928	90
De 61 a 90 dias	212	30
De 91 a 120 dias	392	34
De 121 a 180 dias	30	162
De 181 a 360 dias	(31)	1
Acima de 360 dias	8.722	6.912
Total vencidos	77.281	78.448

Contas a receber de clientes

As movimentações na provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa da Companhia são as seguintes:

	2024	2023
Em 1º de janeiro	415	1.122
Adições (reversões por recebimento)	458	(127)
Baixa com incorríveis	(211)	(580)
Em 31 de dezembro	662	415

	2024	2023
Produto acabados	9.507	12.488
Produtos em elaboração	4.407	3.753
Matérias-primas e suprimentos	98.490	73.382
Insumos de produção e embalagens	6.043	5.187
Almoxarifado	1.398	1.706
Material em trânsito (i)	48.300	52.880
(-) Materiais obsoletos	(1.223)	(1.488)
	166.922	147.908

(i) Referem-se a compras de matéria prima (trigo) no mercado nacional e estrangeiro para entrega futura. O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R\$738.947 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (2023 – R\$739.678). **8. Impostos a recuperar**

	2024	2023
Ativo não circulante	–	–
Ativo circulante	163	294
Ativo não circulante	4.871	42.993
Ativo circulante	11	23.122
Ativo não circulante	–	–
Ativo circulante	496	1.822
Total dos impostos a recuperar	5.541	66.409
Total dos impostos a recuperar	16.851	43.926

(i) Referem-se aos créditos fiscais de ICMS originados pelas aquisições de imobilizado destinado aos moinhos da unidade de Curitiba, estado do Paraná e unidade de São Paulo, estado de São Paulo. (ii) Trata-se de créditos apropriados por aquisições de ativo imobilizado, matéria-prima, embalagens e demais insumos aplicados no processo de industrialização, a serem recuperados nos exercícios seguintes. O montante de R\$4.871 (2023 – R\$14.831) registrados no ativo circulante, referem-se

a partes de créditos fiscais de PIS e Cofins provenientes da aquisição de matéria prima, especialmente trigo, e serviços que foram acumulados no exercício de 2023 e 2024, para os quais há expectativa de realização em futuro previsível. O montante de R\$33.337 em 2024 (2023 – R\$17.735) registrados no ativo não circulante, referem-se a partes de créditos fiscais de PIS e Cofins provenientes da aquisição de matéria prima, especialmente trigo, e serviços que foram acumulados no exercício de 2024 e de 2023 no montante de R\$9.656 em 2024 (2023 – R\$5.074) refere-se a créditos que estão em análise pela Receita Federal no trâmite do processo de pedido de ressarcimento e estão em fase de processo administrativo. (iii) O crédito de R\$11 registrado no curto prazo, refere-se a imposto de renda retido na fonte remuneração do trabalho pago a maior e será solicitado restituição a Receita Federal no exercício seguinte. O valor de R\$ 23.122 registrado no ativo não circulante no exercício de 2024 (2023 – R\$ 20.851) referem-se a créditos registrados no longo prazo do imposto de renda e contribuição social recolhidos a maior no exercício de 2018. Os créditos remanescentes estão em análise pela Receita Federal no trâmite do processo de pedido de restituição. Conforme entendimento da Assessoria Jurídica da Companhia a previsão de recebimento é que ocorra no exercício de 2026. (iv) Referem-se aos créditos fiscais de ICMS no mês de dezembro originados pelas aquisições de matéria prima nacional (trigo), destinados ao moinho de Curitiba, estado do Paraná.

10. Propriedades para investimento

O valor de custo destes ativos é representado por:

	2024	2023
Edificações – Galpões-SP (i)	7.278	–
Terrenos e Edificações-PR (ii)	3.099	(2.098)
	10.376	(2.098)

As propriedades para investimento da Companhia são as seguintes: (i) Galpões localizados no próprio terreno do moinho de São Paulo, os quais são alugados para terceiros. Os valores das receitas de aluguéis de 2024 e de 2023 estão detalhados na nota explicativa nº 22. (ii) Imóvel localizado às proximidades do moinho de Curitiba, sito Rua Engenheiro Leão Sousa, 273/277/281, Jardim Botânico, Curitiba – Paraná. Atualmente, o imóvel encontra-se ocupado com contrato de comodato. Conforme facultado pelo NBC TG 28 (R4), a Companhia mensura suas propriedades para investimento ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada. Adicionalmente, para fins exclusivos de divulgação em notas explicativas, o valor justo foi determinado em transações observáveis no mercado devido à natureza do imóvel e à existência de dados comparáveis. Em dezembro de 2024 foi realizado como referência laudo de avaliação de ativo elaborado por especialista independente e, na avaliação do valor justo da propriedade de Curitiba resultou no montante de R\$1.651 (2023 – R\$1.203).

11. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Outros (i)	Total em operação	Obras em andamento (ii)	Imobilizado total
Saldo em 1º de janeiro de 2023 (reapresentado)	20.779	17.107	54.908	2.032	94.826	3.704	98.530
Aquisições	1.133	1.277	1.957	1.378	5.745	2.359	8.104
Transferências	–	259	3.399	32	3.690	(3.690)	–
Valor residual dos bens baixados	–	(1.257)	(50)	(72)	(1.222)	–	(1,222)
Depreciação	–	(1.257)	(5.471)	(782)	(7.510)	–	(7.510)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.912	17.386	54.743	2.588	96.629	2.373	99.002
Custo total	21.912	40.774	148.991	10.791	222.468	2.373	224.841
Depreciação acumulada	–	(23.388)	(94.248)	(8.203)	(125.839)	–	(125,839)
Valor residual	21.912	17.386	54.743	2.588	96.629	2.373	99.002
Saldo em 1º de janeiro de 2024	21.912	17.386	54.743	2.588	96.629	2.373	99.002
Aquisições	8.188	4.003	5.766	849	18.806	27.283	46.089
Transferências	–	4	2.362	–	2.366	(2.366)	–
Depreciação	–	(1.220)	(5.994)	(329)	(7.543)	–	(7.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	30.100	20.173	56.877	3.108	110.258	27.290	137.548
Custo total	30.100	44.781	157.119	11.640	243.640	27.290	270.930
Depreciação acumulada	–	(24.608)	(102.442)	(8.532)	(135.582)	–	(135,582)
Valor residual	30.100	20.173	56.877	3.108	110.258	27.290	137.548

(i) O saldo de "Outros" inclui equipamentos de informática, móveis e utensílios e veículos, cujos valores residuais em 31 de dezembro de 2024 correspondem a R\$ 1.134, R\$ 270 e R\$ 1.702, respectivamente (2023 – R\$ 1.307, R\$ 282 e R\$ 994, respectivamente). (ii) Bens em construção relacionados nas reformas e instalações de máquinas nas linhas de produção nos moinhos de Curitiba e São Paulo, construção de novas instalações nas cidades de Contenda, Estado do Paraná (PR) e em Cuiabá, no estado de Mato Grosso (MT).

12. Intangível

(i) Os saldos correspondem, substancialmente, a softwares adquiridos para a administração fiscal e comercial.

	Software (i) e Patentes	Marcas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	597	53	650
Aquisições	310	–	310
Amortização	(240)	–	(240)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	667	53	720
Custo total	8.457	53	8.510
Amortização acumulada	(7.790)	–	(7.790)
Valor residual	667	53	720
Saldo em 1º de janeiro de 2024	667	53	720
Aquisições (i)	380	–	380
Amortização	(234)	–	(234)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	813	53	866
Custo total	8.837	53	8.890
Amortização acumulada	(8.024)	–	(8.024)
Valor residual	813	53	866

(i) Os saldos correspondem, substancialmente, a softwares adquiridos para a administração fiscal e contábil.

13. Arrendamentos

A Companhia arrenda cinco ativos de edificações para operações de seus negócios na estratégia de distribuição de seus produtos, interligadas às duas fábricas industriais localizadas nas cidades de São Paulo, estado de São Paulo e Curitiba, estado do Paraná. O prazo médio dos arrendamentos é de 5 anos. Os valores dos arrendamentos, resultaram em adições aos ativos de direito de uso, passivos de arrendamentos e juros sobre os arrendamentos, e são representados por:

	2024	2023
Em 1º de janeiro	3.103	321
Aquisição de novos contratos	4.067	3.662
Reajuste de aluguel	52	7
Reavaliação de contrato	(272)	(887)
Amortização e depreciação	(872)	(887)
Em 31 de dezembro	6.078	3.103
Custo total	12.126	8.278
Amortização e depreciação acumulada	(6.048)	(5.175)
Passivos de arrendamentos	–	–
Valores a pagar de arrendamentos	–	–
Em até 1 ano	2.168	1.067
De 2 a 5 anos	2.134	1.067
De 6 a 5 anos	3.405	2.134
Total dos passivos a pagar	7.720	3.846

c) Movimentação do passivo de arrendamento
 A Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, da despesa financeira e da despesa de contraprestação paga, conforme:

	2024	2023
Em 31 de dezembro de 2023	3.846	326
Ajuste de mensuração	(301)	–
Adições de novos contratos	4.067	3.662
Juros adicionados aos novos contratos	1.344	1.078
Juros pagos no período corrente	(363)	(341)
Contraprestação paga (i)	(872)	(886)
Em 31 de dezembro de 2024	7.721	3.846
Circulante	2.168	1.067
Não circulante	5.552	2.779

d) Outras informações
 A composição da taxa de juros varia de acordo com a forma de apoio na operação. A Companhia optou em adotar o critério de apoio em operações indiretas aos novos contratos. Neste critério a taxa de juros será composta pelo Custo Financeiro (7%aa), Taxa do BNDES (1,5%aa) e taxa de Agente Financeiro (3%aa). A adesão dos novos contratos possui pagamentos fixos e não ocorreram descontos em contraprestações no ano.

	2024	2023
Fornecedores de trigo nacional	3.923	906
Fornecedores de trigo estrangeiro	2.927	–
Fornecedores de materiais e serviços	32.369	11.431
	39.219	12.337

15. Salários e encargos sociais

	2024	2023
Férias e encargos	5.289	4.621
Salários e encargos	863	836
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a recolher	–	1.180
Instituto Nacional de Seguridade Social (FGTS) a recolher	409	368
Outros salários e encargos a pagar	58	80
	7.799	6.977

16. Impostos a recolher

	2024	2023
ICMS a recolher	597	355
Imposto de renda retido a recolher	973	1.406
Outros impostos a recolher	4.529	5.269
	6.099	7.030

17. Partes relacionadas
Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla os diretores e o presidente da Companhia totalizou R\$7.413 (2023 – R\$6.072). A Companhia não possui obrigações adicionais referentes a benefícios pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licenças por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

18. Provisão para riscos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados aos riscos trabalhistas e tributárias:

	2024	2023
Depósitos judiciais para corrigido	–	–
Provisão para riscos	3.301	228
Depósitos judiciais para corrigido	–	–
Provisão para riscos	2.265	357

(i) Trabalhistas
 A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração e amparada por seus assessores legais externos. A natureza das obrigações se refere substancialmente a riscos trabalhistas e previdenciárias decorrentes de reclamações de empregados. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da provisão para contingências trabalhistas no montante de R\$193 (2023 – R\$324), foi considerado como suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis na conclusão desses processos. Parte dos processos foi avaliada pelos assessores jurídicos com o sendo de risco possível, não sendo provisionados tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os depósitos judiciais são atualizados no tempo e a apresentação líquida em 2024 representou o montante de R\$3.301 (2023 – R\$2.265). (ii) Tributárias: Em 31 de dezembro de 2024, a companhia não possui nenhum processo avaliado pela Secretaria da Receita do montante dos processos tributários reclamados pela Perda Federal em São Paulo, que de acordo com a Administração e assessores jurídicos, foram avaliados com riscos de perda possível e remota, em razão da opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída provisão, desconsiderando

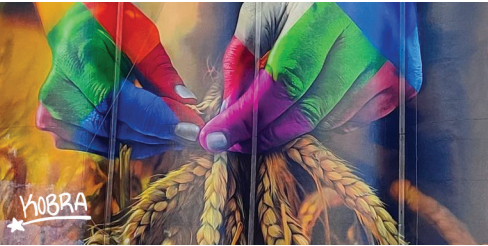
Eventos subsequentes: Em relação ao crédito reconhecido no ativo não circulante referente aos créditos fiscais de PIS e Cofins provenientes da aquisição de matéria prima e a restituição do Imposto de Renda e Contribuição Social recolhidos a maior no ano de 2018, foram recuperados em 20 de fevereiro de 2025 o montante de R\$ 28.137.

9. Investimentos

	2024	2023
Geradora Solar Hélio Vagas III	1.860	–
Geradora Solar Hélio Vagas IV	1.860	–
	3.720	–

Em 1º de outubro de 2024, a Companhia celebrou contratos de compra e venda de ações de duas companhias: Geradora Solar Hélio Valgas III S.A. (CNPJ 32.431.510/0001-00) e Geradora Solar Hélio Valgas IV S.A. (CNPJ 40.224.338/0001-41). A negociação envolve a aquisição de ações ordinárias de classe B, que, na data de fechamento, representarão 8,1633% (oito inteiros, mil e seiscentos e trinta e três décimos de milésimos por cento) e 8% (oito por cento) do total de ações ordinárias emitidas pela companhias. **Eventos subsequentes:** Em relação ao crédito reconhecido no ativo não circulante referente aos créditos fiscais de PIS e Cofins provenientes da aquisição de matéria prima e a restituição do Imposto de Renda e Contribuição Social recolhidos a maior no ano de 2018, foram recuperados em 20 de fevereiro de 2025 o montante de R\$ 28.137.

dandos mínimos obrigatórios e dividendos complementares, no valor de R\$3.363 e de R\$56.637, respectivamente, cujos valores foram pagos em 30 de abril de 2024. Em 30 de outubro de 2024, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao período de abril a setembro de 2024, no valor de R\$10.508, e dividendos complementares no valor de R\$67.700, cujos valores foram pagos em 30 de outubro de 2024. Em



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

CNPJ/MF nº 60.728.029/0001-16 | Companhia Fechada

1º Moinho do Brasil
a operar com 100%
de energia solar!



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A.
São Paulo-SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis
Examinamos as demonstrações contábeis da **Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não conhecidos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis
Investimento e Outras Contas a Pagar – Ausência de apresentação de documentação suporte hábeis e análises para aquisição de participações societárias
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia possui registrado nas rubricas “Investimento”, no ativo não circulante, e em “Outras contas a pagar”, no passivo circulante, os respectivos montantes líquidos de R\$ 3.720 mil e R\$ 3.162 mil, referente à aquisição de participações acionárias das companhias Geradora Solar Hélio Valgas III S.A. e Geradora Solar Hélio Valgas IV S.A., ambas ocorridas em 1º de outubro de 2024 equivalente e aproximadamente a 8% (oito por cento) das ações das referidas companhias. Como decorrência desse evento, não nos foi apresentada a totalidade de documentos suportes e hábeis, principalmente representadas pelas demonstrações contábeis destas companhias, assim como, de análises para atribuição do valor investido por meio de um laudo de *Purchase Price Allocation* (PPA), documentos requeridos para a mensuração, reconhecimento, divulgação e evento subsequente de operações dessa natureza, conforme previsto na NBC TG 15 (R4) – Combinação de Negócios. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, estabelecer procedimentos de auditoria, inclusive alternativos, para examinar os saldo destas operações nas referidas rubricas, bem como seus efeitos sobre as demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2024. Nossa auditoria foi conduzida de

acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado 22 de março de 2024.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria,

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 25 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013.846/O-1
Ronaldo Silva dos Santos
Contador CRC 1 SP 228.140/O-4



Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 27/03/2025
A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/27/ANACONDA1581578427032025V2.pdf>
Hash: 17430946817e6a9d2f79314a7095ee8521262b1f8f